# A Antropologia Brasileira Vista Através do *Anuário Antropológico**

ALCIDA RITA RAMOS
Universidade de Brasília

Há 14 anos nasceu o *Anuário.* Ao longo dessa década e meia a sua feitura tem sido o produto, ano a ano, de um trabalho essencialmente artesanal, sem recursos nem local ou estrutura próprios. Cada volume é o resultado do esforço mais ou menos heróico de uns poucos antropólogos que investem muito de seu tempo e energia no recrutamento de trabalhos, na seleção de textos, na uniformização editorial, na correção de provas, para terem, enfim, a satisfação de ver impressa, a cada ano que passa, uma parte da expressão antropológica gerada principalmente no Brasil.

A vontade de criar uma revista anual de antropologia surgiu do professor Roberto Cardoso de Oliveira durante sua permanência na Universidade de Brasília, de 1972 a 1985. O contexto intelectual e acadêmico que serviu de terreno para semear a idéia do *Anuário* foi, sem dúvida, a implantação, um após outro, dos cursos de pós-graduação no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Brasília, ambos fruto da iniciativa e entusiasmo de Roberto Cardoso de Oliveira. Esses cursos, sementeiras de futuros antropólogos, passaram a formar um número cada vez maior de profissionais em plena produção de resultados de pesquisas e de reflexões várias sobre a teoria antropológica em suas muitas ramificações. Era necessário dar escoamento a essa produção. O *Anuário* veio contribuir para ampliar os canais desse escoamento, repartindo com outras publicações (*Revista de Antropologia,* do *Museu Paulista, Dados,* os boletins do Museu Nacional e do Museu Goeldi, en-

---

* Uma versão mais longa destas reflexões foi apresentada no Simpósio "Revistas científicas latinoamericanas y la question de la difusion del conocimiento", durante o 46º Congresso Internacional de Americanistas, Amsterdam, 4-8 de julho de 1988. Agradeço a Mariza Peirano e Bruce Albert pelo olhar crítico que lançaram a este trabalho.

tre outras) o privilégio de colher uma parcela considerável dos frutos de uma safra crescente de antropólogos dedicados à pesquisa e ao ensino. O velho anseio de Cardoso de Oliveira de criar no Brasil uma espécie de *Année Sociologique* passou a se realizar a partir de 1976, com o primeiro volume do *Anuário Antropológico*. A revista encontrou em Tempo Brasileiro, sediada no Rio de Janeiro, uma editora solidária e disposta a empreender essa aventura editorial.

A intenção era abrir um espaço não apenas para a publicação regular da produção acadêmica, mas também um fórum de debates, através de extensos artigos-resenhas que focalizassem as principais obras publicadas no ano, tanto no Brasil como no exterior. Para isso, foi criada uma divisão de crítica com várias seções que mais tarde foram suprimidas para dar lugar a um formato menos compartimentalizado. Esse debate nunca chegou a ser o traço principal da revista; as críticas, com poucas exceções, não têm gerado respostas ou argumentos polêmicos, e o debate como tal continua sendo um *desideratum* pouco realizado.

Revista de cunho essencialmente acadêmico, o *Anuário* é dirigido a uma platéia especializada em ciências sociais, particularmente, em antropologia. Sem desmerecer os esforços de outros periódicos similares, creio que é justo dizer que o *Anuário* é atualmente a revista mais regular em antropologia, apesar dos problemas crônicos que acarretam grandes atrasos na sua publicação e dificultam a sua divulgação. Ao longo de seus dez primeiros volumes (referentes aos anos 1976 a 1985), a tentativa tem sido sempre de captar trabalhos de qualidade advindos de vários pontos do país e de outros países. A tabela abaixo mostra a diversidade de pontos de origem das contribuições, entre artigos, resenhas e outros estilos de expressão disciplinar.

**Afiliação institucional dos colaboradores do *Anuário* no Brasil 1976-1985**

| | |
|---|---|
| Universidade de Brasília (UnB) | 72 |
| Museu Nacional (Rio de Janeiro) | 45 |
| Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) | 11 |
| Universidade de São Paulo (USP) | 7 |
| Universidade Federal da Bahia (UFBa) | 5 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | 3 |
| Universidade Federal do Pará (UFPa) | 3 |
| Museu Emilio Goeldi (Belém) | 3 |

| | |
|---|---|
| IUPERJ (Rio de Janeiro) | 2 |
| Instituto de Ciências Sociais (Rio de Janeiro) | 2 |
| Ministério da Educação | 2 |
| Outros | 10 |

N.B.: Estão incluídos aqui estrangeiros residentes no Brasil.

**Origem nacional dos colaboradores estrangeiros do** *Anuário*
**1976-1985**

| | |
|---|---|
| Estados Unido | 15 |
| México | 4 |
| Peru | 2 |
| Inglaterra | 1 |

A concentração de trabalhos provenientes da Universidade de Brasília e do Museu Nacional reflete as circunstâncias de origem do *Anuário* referidas acima: o fato de as duas instituições terem seus programas de pós-graduação fortemente associados, graças ao papel que Roberto Cardoso de Oliveira desempenhou em ambas e ao fato de que vários antropólogos da UnB estudaram e trabalharam anteriormente no Museu. Como diretor do *Anuário,* Cardoso de Oliveira congregou colegas com os quais trabalhava ou havia trabalhado em estreita colaboração. Esses colegas – Julio Cezar Melatti, Otávio Velho, Roque Laraia, Roberto Da Matta, Gilberto Velho, Mariza Peirano, Lia Machado e eu mesma – compusemos (alguns ainda compõem) a Comissão de Redação e a Secretaria Geral, esta última encarregada do trabalho editorial propriamente dito. Enquanto o Conselho Editorial é composto de profissionais de 12 instituições nacionais diferentes, a Comissão de Redação e Editoração esteve concentrada na UnB e no Museu Nacional até 1986. A partir daí, com a transferência de Cardoso de Oliveira para a UNICAMP, o *Anuário* passou a ser administrado inteiramente por antropólogos da Universidade de Brasília, sempre mantendo a diretriz de publicar trabalhos de profissionais de todo o país.

Quanto ao exterior, a presença marcante de antropólogos norte-americanos ou residentes nos Estados Unidos é, em grande medida, conseqüência do contato multivariado que os membros da equipe responsável pela realização do *Anuário* mantêm com colegas daquele país, o que decorre, em parte, do fato de que vários de nós fizemos pós-graduação nos Estados Unidos. Não deixa de ser surpreendente que, apesar da inclinação e da vontade de publicar trabalhos

provenientes de outros países da América Latina, a contribuição de colegas desses países tem sido irrisória.

Nos dez primeiros volumes do *Anuário* foram publicados oito ensaios, 52 artigos – numa média de cinco artigos por volume –, sete conferências, quatro projetos, três seminários, 101 artigos-resenhas na seção de crítica – numa média de dez por volume –, além de editoriais, depoimentos e homenagens ocasionais, incluindo cinco homenagens póstumas na seção *In Memoriam*. Focalizarei aqui o teor dos artigos, ensaios, projetos, seminários e conferências. Excluo os artigos-resenhas, pois refletem mais as obras sobre as quais comentam do que os trabalhos que compõem a produção do *Anuário* propriamente dita. Analisando o conteúdo desses artigos, ensaios, etc., encontramos uma gama de temas que podem ser recortados de várias maneiras. Optei por fazer um intercruzamento entre dois grandes cortes: tópicos e problemáticas. Devo enfatizar, porém, que esses cortes não são estanques, de modo que o mesmo artigo, ensaio, etc., pode aparecer no cômputo de tópicos e de problemáticas. Por tópicos refiro-me a grandes áreas empíricas de investigação, como sociedades camponesas, sociedades indígenas, minorias, etc. Sob o rótulo algo complicado de 'problemáticas' incluo assuntos que atravessam os tópicos e que lhes dão foco teórico, metodológico ou temático, como, por exemplo, cosmologia, parentesco, mudança social, etc. Vejamos nas tabelas abaixo quantas vezes esses tópicos e problemáticas aparecem nesses primeiros dez volumes do *Anuário*, excluídas as críticas.

**Freqüência de tópicos no** *Anuário Antropológico*
**1976-1985**

| | |
|---|---|
| Meta-antropologia | 12 |
| Campesinato | 12 |
| Etnologia indígena | 11 |
| Estudos urbanos | 8 |
| Estudos sobre negros | 3 |

Por 'meta-antropologia' refiro-me a trabalhos cujo objeto de análise é o trabalho de antropólogos e de outros pensadores sociais ou a produção intelectual de grupos ou instituições profissionais. São estudos críticos de estudos de antropologia.

**Freqüência de problemáticas no** *Anuário Antropológico*
**1976-1985**

| | |
|---|---|
| Indigenismo/contato interétnico | 9 |
| Organização social/parentesco | 9 |
| Cosmologias | 9 |
| Etnicidade/identidade étnica | 8 |
| Família | 6 |
| Mudança socioeconômica | 6 |
| Sistemas de classificação | 6 |
| Dinâmica regional | 5 |
| Epistemologia da antropologia | 5 |
| Nominação | 3 |
| Pensamento político | 3 |
| Sistemas de conhecimento | 3 |
| Etnohistória | 2 |
| Antropologia médica | 1 |
| Ritos sociais | 1 |

Fica, pois, muito claro que algumas temáticas têm tido lugar privilegiado nas páginas do *Anuário.* Surpreendentemente, aquilo que chamo de 'meta-antropologia' é um dos tópicos mais freqüentes. São reflexões sobre autores clássicos da disciplina, sobre comparações e contrastes entre abordagens de antropólogos, filósofos, sociólogos, historiadores, sobre facetas pouco conhecidas de autores muito conhecidos, ou sobre a personalidade institucional de entidades profissionais. Esta ênfase na produção intelectual da disciplina talvez reflita o que parece ser uma insistência nacional sobre a necessidade de 'fazer teoria', de recorrer ao 'teórico' para não cair no 'puramente empírico'. O estigma que envolve o fazer descrição 'pura e simples' talvez seja o responsável pela preocupação de teorizar, seja sobre camponeses, seja sobre índios, seja sobre os próprios antropólogos. Uma descrição, por mais densa que seja, não parece satisfazer os anseios do pensamento antropológico, ou mesmo social, brasileiro.

Os estudos sobre sociedades camponesas têm focalizado problemáticas que vão desde o processo de assalariamento do camponês, a sistemas altamente complexos de conhecimento encontrados em populações rurais, à organização de relações de família e de trabalho. Nesses dez volumes, o campesinato está presente em 12 contribuições, dentre as quais os resultados de um

seminário realizado em 1981 na Universidade de Brasília ao longo de vários meses e quatro projetos de pesquisa: dois em 1976, um em 1978, o quarto em 1979. Dentre os tópicos é o mais presente nos dez primeiros anos de publicação da revista.

Depois da meta-antropologia e do campesinato são os estudos de etnologia indígena que comparecem mais vezes nos volumes do *Anuário*. Com 11 contribuições, esse tópico aborda problemáticas também muito diversas: sistemas políticos, de nominação, de parentesco, cosmologias, sistemas de conhecimento e várias outras manifestações do universo simbólico indígena. É preciso notar, contudo, que uma grande área dos estudos indígenas está contida nas rubricas 'indigenismo/contato interétnico', com nove trabalhos publicados, e 'etnicidade/identidade étnica', com seis. Aqui, ao contrário da ênfase em sociedades indígenas específicas, as análises recaem sobre a problemática do contato como tal. A presença indígena no *Anuário Antropológico* é, portanto, notável e merece uma reflexão mais detida, à q ual voltarei mais adiante.

Enquanto estudos sobre camponeses e índios perfazem um total de 48 trabalhos, os estudos urbanos e sobre negros mal ultrapassam a dezena. Também aqui poder-se-ia tecer algumas considerações que podem ajudar a esclarecer a escassez de escritos sobre esses dois tópicos do *Anuário*, embora admitindo desde já o caráter francamente impressionista de tal tentativa. Abordarei essas questões mais abaixo, ao falar da presença da antropologia brasileira nas páginas do *Anuário*. Os demais assuntos, de parentesco a etnohistória, são abordados tanto de maneira descritiva, como de pontos de vista predominantemente epistemológicos.

Algumas ausências notáveis – estudos de ecologia cultural, cultura material, antropologia do direito, por exemplo, além de antropologia biológica e arqueologia – conferem, tanto quanto as presenças constatadas, o caráter que o *Anuário* tem assumido em sua primeira década de vida. É uma revista que atrai um certo tipo de temas e um número limitado de abordagens. Até que ponto ele é representativo da antropologia no Brasil é o que tentaremos ver a seguir.

Dez anos é, sem dúvida, um período muito curto para se fazer uma avaliação segura de algo que pretende alcançar uma razoável longevidade. É muito pouca diacronia para uma sincronia sólida. Mesmo reconhecendo a temeridade que acompanha o exercício em caracterizações deste tipo, arrisco umas poucas sugestões que me foram apontadas, a maioria delas pelo exame do conteúdo de cada volume do *Anuário* e pelo esforço de apreender a sua primeira década de existência como uma totalidade reveladora, quem sabe, da antropo-

logia que se pratica no Brasil, embora, naturalmente, para se traçar um perfil da antropologia brasileira fosse necessário esquadrinhar todas as revistas e livros publicados aqui.

Em primeiro lugar, o que significa a recorrência de certos temas nos dez volumes aqui examinados? Por um lado, a continuidade de tópicos como campesinato e sociedades indígenas e de problemáticas como indigenismo, parentesco, cosmologias, etnicidade etc., parecem estar indicando uma sedimentação que pode ser interpretada como um conservadorismo estagnante, avesso a inovações, ruminando assuntos já ultrapassados. Mas também pode ser vista como indicação de uma busca de maturação que não se deixa impressionar por modismos. Ao contrário do que de vez em quando se ouve nos bastidores da academia ou até nos cadernos ilustrados dos jornais de domingo, a evidência mostrada pelo *Anuário* vai no caminho inverso ao das impressões que vêem na atividade intelectual brasileira em geral, e na antropologia em particular, um exercício em rápidas trocas sucessivas de roupagens teóricas que envelhecem antes de se moldarem ao corpo pensante. A suposta alta rotatividade de modas acadêmicas parece não ocorrer nas páginas do *Anuário,* pelo menos com a espantosa rapidez da obsolescência instantânea.

Essa continuidade temática pode estar ligada a uma outra dimensão que reputo extremamente importante na caracterização da antropologia brasileira, pelo menos em algumas de suas manifestações, notadamente, nos estudos de campesinato e de sociedades indígenas. Refiro-me ao engajamento com que esses temas têm sido tratados pelos antropólogos brasileiros, engajamento esse que revela já na própria abordagem das problemáticas escolhidas uma postura politicamente definida e uma preocupação de manter a responsabilidade social dos antropólogos para com seus objetos de pesquisa. Para que uma postura engajada tenha conseqüências éticas, políticas e morais, ela precisa ter um mínimo de persistência e continuidade. A solidez de trabalhos acadêmicos é o que dá respaldo a ações esclarecidas. Isso não quer dizer que para se ser coerente ética e politicamente é preciso estagnar na teoria. O que significa é que a volubilidade nunca foi sustentação para a congruência ética, política ou qualquer outra sobre questões que envolvem o papel do pesquisador face aos seres humanos esmiuçados por suas investigações. Transformações ocorrem, inevitavelmente, quando se buscam novas formas de explorar o que ainda não se conhece ou de ver com novos olhos o que já, de tão familiar, se tornou invisível.

É possível que tal interpretação dessa faceta conservadora do *Anuário* não seja mais do que uma manifestação de *wishful thinking* de minha parte. No entanto, em meio a modismos intelectuais, a gurus que entram e saem da cena

acadêmica, é de se perguntar por que permanecem esses temas. Modas de dez anos já começam a enveredar pelo terreno do permanente, bem entendido, dentro da transitoriedade necessária do devir histórico de qualquer disciplina.

Um segundo ponto passível de especulação à guisa de explicação refere-se aos temas pouco representados no *Anuário* ou totalmente ausentes. É muito difícil saber, por exemplo, por que não foram publicados mais artigos sobre sociedades urbanas. Os que foram concentram-se em problemáticas como organização social, família, parentesco, ritual. Temas como periferia, violência, movimentos operários e outros recorrentes em centros urbanos estão virtualmente ausentes, exceto nas seções de crítica onde são resenhados livros sobre esses assuntos. Uma possível razão dentre muitas outras pode estar ligada ao fato de que o estudo desses temas está concentrado em alguns centros que têm contribuído pouco para o *Anuário.* Por exemplo, a Universidade de São Paulo, grande produtora de pesquisas sobre violência urbana, problemas da periferia, discriminação racial, está representada com apenas sete contribuições nos dez primeiros volumes. Obviamente, esta ausência temática no *Anuário* não reflete, de modo algum, o que ocorre na antropologia brasileira como um todo. A opção de publicar os resultados dessas pesquisas em outras revistas ou em forma de livro é evidente na quantidade de trabalhos em circulação e que o *Anuário* tem registrado, em certa medida, na forma de críticas. Cito a USP apenas como ilustração, mas não me restrinjo a ela neste comentário sobre a interessante divisão de trabalho editorial que parece existir nos meios antropológicos nacionais.

Par a par com a 'veia conservadora' do *Anuário,* se assim posso dizer, existem tendências em fluxo que refletem o estado da arte nos centros internacionais de difusão mais ativos. Uma dessas tendências é trabalhar a interface de disciplinas afins à antropologia – o que se tem chamado de "interdisciplinaridade" – como a psicanálise, a filosofia, a história, a sociologia. Outra tendência é acentuar o sabor interpretativo nas análises de certos temas; um dos principais é o que chamo aqui de meta-antropologia. Na busca de compreensão sobre alguns pensadores sociais, como Weber, Nietzche, Durkheim, Florestan Fernandes, Louis Dumont, e das conseqüências que suas trajetórias intelectuais tiveram ou têm para o desenvolvimento da antropologia, predomina o recurso à interpretação mais do que à formalização. Artigos sobre meta-antropologia começaram a aparecer no *Anuário* a partir de 1982 (se excluirmos uma crítica de 1980), quando florescia nos Estados Unidos a discussão sobre antropologia interpretativa. Com esse instrumento de reflexão velhos temas começam a ser revelados em novas soluções precipitadoras de facetas que antes

eram ignoradas ou mal focalizadas. Não deixa de surpreender a grande investida de estudos sobre estudos da disciplina, que em quatro números do *Anuário* (82-85) chegaram a nada menos que uma dúzia. Também aqui, não me parece que o *Anuário* seja muito representativo do que ocorre com a antropologia no país.

Uma questão que vem suscitando algum interesse na disciplina é a insistência histórica de estudar 'em casa' (às vezes, literalmente) populações rurais, populações urbanas, populações indígenas, mesmo que as últimas se encaixem com grande desconforto nessa suposta domesticidade metodológica. Recorrendo mais uma vez aos números para ancorar ou desalojar impressões, constato que, dos 66 trabalhos referentes ao Brasil nos dez primeiros volumes do *Anuário,* 14% foram escritos por estrangeiros não-residentes no Brasil, enquanto que, dos 17 que têm seu objeto fora do país, cinco, ou seja, 30% foram escritos por brasileiros. Por surpreendentes que sejam, esses números não devem dar a impressão de que todos os cinco artigos escritos por brasileiros sobre temáticas estrangeiras são resultados de pesquisas fora do país. Três foram realizadas *in loco* e duas foram feitas com fontes bibliográficas. Por mais tênues que sejam, esses dados apontam para uma tendência à 'expatriação' na antropologia nacional; alguns colegas da terra começam a se espraiar para além-mar e além-equador – Estados Unidos, França, Índia, África, Japão – em ainda tímidas sortidas a outras alteridades.